

humano, proporcionando-lhe o caminho para uma existência feliz. Daí que, para o autor, o grande desafio que se coloca seja o de apresentar os diversos modelos de redenção que aparecem na Bíblia, numa «linguagem compreensível, capaz de chegar ao coração do homem», mostrando ao simples crente que coloca perguntas sobre a sua fé a verdadeira imagem de Deus, que não a de um justiceiro duro e implacável. E isto porque, acrescenta o beneditino alemão com grande experiência na orientação espiritual, «sentir-me afectado ou não pela mensagem bíblica depende da possibilidade de ver ou não ver nela uma resposta para as minhas perguntas e uma solução para os meus problemas, de ver ou não ver essa mensagem relacionada com os meus desejos de libertação e redenção que me abrirão o caminho para uma vida feliz».

Nesta obra, Anselm Grün apresenta, não um tratado completo de teologia soteriológica, mas uma análise abrangente das imagens de redenção mais notáveis na Sagrada Escritura, sempre consciente de que «tudo se reduz a uma tentativa de tornar compreensível o incompreensível», isto é, o mistério do amor de Deus. A fim de que a abordagem se torne acessível à mentalidade do homem de hoje, constrói a sua reflexão teológica em consonância com a tradição da Igreja e com as grandes inquietações do nosso tempo.

O resultado final são nove capítulos, por onde passa uma nova formulação da mensagem redentora em diálogo com outras religiões e com as diversas escolas de psicologia: *A redenção no Antigo Testamento; Conceito de redenção segundo Jesus; Mateus – o perdão dos pecados; Marcos – a redenção como resgate; Lucas – um novo caminho; João – nossa divinização; Paulo – a redenção como libertação e justificação; Carta aos Hebreus – o acesso a Deus; Outras imagens bíblicas – Carta*

*aos Colossenses, Carta aos Efésios, Cartas Pastorais e Cartas de Pedro.*

Eis um livro que, num registo acessível, canta as maravilhas da redenção, dirigindo-se ao coração do leitor com o objectivo de o orientar na descoberta da resposta para as questões e desejos mais profundos do ser humano. Porque, conclui o autor, «Deus quer redimir-nos hoje e que também nós sejamos redentores dos outros», através da celebração da liturgia e do testemunho de vida de membros da Igreja, um testemunho marcado pelo compromisso com a vida, o perdão, a reconciliação, a liberdade, a paz, a justiça, em suma, com o humanismo integral.

LUÍS AREZES

## DIREITO CANÓNICO

MANUEL FERNANDO SOUSA E SILVA, **Os Conselhos Presbiterais em Portugal**, Editora Diário do Minho, Braga, 2004, 272 p., 250 x 185, ISBN 972-95864-1-1.

Trata-se da tese de Doutoramento do autor, defendida na Universidade de Navarra, em 1 de Junho de 1976.

MANUEL FERNANDO SOUSA E SILVA estuda exaustivamente este órgão consultivo diocesano, nascido do Concílio Vaticano II, seguindo a corrente doutrinal, desde o Decreto sobre a vida e ministério dos Presbíteros *Presbyterorum Ordinis* até à sua concretização nas diversas dioceses do nosso país.

Como preocupação de fundo desta investigação está a proposta de saber até que ponto os Conselhos Presbiterais em Portugal nasceram e se mantiveram

fiéis ao impulso conciliar que lhes deu origem.

Além dos documentos da Igreja Universal, o autor recolheu também documentos de todas as Dioceses de Portugal sobre este tema e estuda-os comparativamente, mantendo-se fiel, ao longo dos seis capítulos, ao caminho que se propôs rotular: Do Texto conciliar à realidade (I); Competência do Conselho Presbiteral e significado das suas funções (II); Composição individual (III); Composição orgânica (IV); Funcionamento do Conselho Presbiteral (V); A modo de conclusão (VI). Enriquece a obra sete páginas da bibliografia consultada.

Com paciência e tenacidade, o autor vai classificando e ordenando os diversos documentos sobre os Conselhos Presbiterais das Dioceses portuguesas, comparando-os entre si e tirando conclusões do seu estudo.

No último capítulo enfrenta a questão actual: Conselho Presbiteral ou Cabido?

O presente estudo parece-me fundamental para os dez anos que se seguiram ao Concílio — tempo a que se limita o autor — dado que são anos difíceis e de profunda mudança da Igreja em Portugal, os quais vieram a culminar na restauração da democracia no nosso país.

Como poderá verificar-se, também a falsa noção de democracia agitou a Igreja na nossa terra, reflectindo-se muito especialmente neste órgão consultivo diocesano, de tal modo que vários Conselhos se viram forçados a interromper a sua actividade.

Está de parabéns o Autor pelo estudo que fez e pelo modo exaustivo como investigou o tema e pelo contributo que deu para a vida da Igreja e o Direito Canónico, particularmente, o seu importante ramo: a Organização Eclesiástica.

J. ANTÓNIO G. DA SILVA MARQUES

SILVA, Manuel Fernando Sousa e, **Direito Sacramental – I: Sacramentos da Iniciação Cristã e Sacramentais**, col. «Estudos Teológicos» 36, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2004, 630 p., 235 x 150, ISBN 972-54-0092-5.

Damos as boas vindas a este Manual de Direito Sacramental, em língua portuguesa, que boa falta fazia para os estudiosos do Direito Canónico, sobretudo para os que se preparam para o Sacerdócio. Trata-se de um manual que faz parte da «Colecção Estudos Teológicos» que a Faculdade de Teologia da Universidade Católica, em boa hora, iniciou, dando assim um apreciável contributo para a vida da Igreja. O seu autor é bem conhecido nos meios eclesiais, pertence ao clero bracarense, é Doutor em Direito Canónico pela Universidade de Navarra, tem leccionado na Faculdade de Teologia (extensão de Braga) e faz parte da Direcção do Centro de Estudos de Direito Canónico, recentemente convertido em Instituto Superior de Direito Canónico.

O sub-título «Sacramentos da Iniciação Cristã e Sacramentais» não corresponde ao verdadeiro conteúdo deste Manual, pois o autor trata também de outros actos de culto divino e dos demais Sacramentos, excepto o Matrimónio, que, dada a sua importância e complexidade, sob o ponto de vista jurídico e pastoral, é tratado num segundo manual, a cargo de José António Silva Marques, com o n.º 37 da dita Colecção.

Após uma breve Introdução, o autor desenvolve no Capítulo 1 as questões gerais relacionadas com o múnus santificador da Igreja e regulamentação da Sagrada Liturgia, procurando situar correctamente o Direito Sacramental no lugar que lhe compete no âmbito das leis da Igreja. Interessantes, neste capítulo, os títulos «Relações Hierarquia-fiéis, na